

Globethics Repository

The logo for Globethics, featuring the word "Globethics" in white, sans-serif font centered within a solid blue rectangular background.

A "despolitização" nasce o tempo todo da vida atual ["De-politicization" is born all the time of the present life]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see <https://www.globethics.net>. Data and content policy of Globethics Repository see <https://repository.globethics.net/pages/policy>.

Item Type	Article
Authors	Nogueira,Marco Aurélio
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-07-09 09:23:46
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162884

“A “despolitização” nasce o tempo todo da vida atual”

Entrevista com Marco Aurélio Nogueira



Para o cientista político e professor da Universidade do Estado de São Paulo (Unesp) Marco Aurélio Nogueira, “enquanto o dinheiro e a economia estiverem ditando as regras e prevalecendo sobre a política, as crises serão o cotidiano”. Marco Aurélio Nogueira é professor do departamento de Antropologia, Política e Filosofia, da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp, *campus* de Araraquara. É

graduado em Ciências Políticas e Sociais pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e docência doutor em Ciências Sociais (Política), pela USP. É pós-doutor pela Università degli Studi di Roma e é livre-docente pela Unesp. A entrevista que segue foi feita por e-mail.

IHU On-Line - Que teorias políticas podem ser percebidas por trás do modelo brasileiro de democracia atual?

Marco Aurélio Nogueira - Antes de tudo, a primeira delas seria o liberalismo, tanto em sua vertente conservadora – dominante no Brasil, ao longo de toda a nossa história como sociedade nacional – quanto em sua vertente mais propriamente democrática. Ainda somos prisioneiros de uma visão organicista tradicional, que vê o Estado e a sociedade como corpos coesos e harmoniosos, superiores aos indivíduos e aos grupos e de algum modo designados a tutelar os indivíduos. Mas essa visão vem rapidamente perdendo força, graças ao processo mesmo de modernização da sociedade (que a fragmenta e a diferencia muito), que traz consigo a generalização do individualismo como fato e como cultura e a fixação do mercado como fator de estruturação da vida e do imaginário social. A “despolitização” nasce o tempo todo da vida atual. O liberalismo não consegue

dar conta dessa situação, que incentiva a constituição de uma mentalidade refratária à política e ao “bem comum” e a prevalência unilateral dos “interesses” sobre quaisquer outras considerações. É daí que vem o sucesso obtido nos últimos tempos pelo neoliberalismo, que de liberal tem muito pouco. Numa situação de despolitização, também o pensamento socialista passa a ter terríveis dificuldades de afirmação. Contudo, ele persiste como parâmetro teórico e como horizonte ético-político. Não encontra muita ressonância prática, mas não fica fora da cena pública e dos embates políticos, mantendo uma certa influência.

A participação fica mais forte que a representação e tende a se desgarrar dela

IHU On-Line - Qual a origem das crises políticas no modelo de democracia atual?

Marco Aurélio Nogueira - A democracia atual é uma “vítima” do

processo de modernização do capitalismo. A liberação frenética dos mercados, as rápidas mudanças tecnológicas, a mudança do padrão da acumulação, a financeirização do capital, as alterações na dimensão tempo/espço por conta das tecnologias de informação e comunicação, tudo isso se combina com uma forte fragmentação social, com uma nova fase de individualização, com aquilo que se costuma chamar de “desterritorialização”, com o encolhimento do mundo, com a diminuição da força e da soberania dos Estados nacionais. Em decorrência, a vida parece ir se “desinstitucionalizando”, ou seja, ficando fora de controle. Nesse quadro, é inevitável que a política perca estabilidade, capacidade de sedução e operacionalidade. O “agir” e o “fazer” ganham prevalência sobre o “organizar”, o “decidir” e o “dirigir”. A participação fica mais forte que a representação e tende a se desgarrar dela. O voluntariado torna-se mais sedutor que a militância partidária ou o engajamento em serviços estatais. O próprio voto perde consistência. Se somarmos a isso a crise dos paradigmas e das utopias, a agressividade do marketing, a espetacularização de tudo, teremos um panorama assustador da democracia atual. Não se trata, porém, de morte ou de fracasso da democracia, mas de um momento de transformação e de ajuste. O que virá depois poderá ser uma democracia muito melhor.

IHU On-Line - Em que medida a crise brasileira é também uma crise do modelo de democracia em que vivemos? Como a crise política atual está desvendando as fragilidades do modelo de democracia instaurado? Como repensar a democracia a partir da crise?

Marco Aurélio Nogueira - Se a questão é entender a crise do modelo *brasileiro* de democracia, deveríamos retornar ao século XIX, quando mergulhamos num caminho de

construção do Estado que não conseguiu jamais de definir claramente nem se completar. Avançamos reiterando formas anacrônicas de deliberação e de organização dos interesses (como o patrimonialismo, o clientelismo, a privatização do público, o corporativismo), que subsistem até hoje ainda que em posição subalterna. O Brasil se modernizou muito nas últimas décadas e passou a conviver com formas “pós-tradicionais” de vida que se compõem e se articulam com um tradicionalismo resiliente, com a miséria e a exclusão de uma parte enorme da população e com uma diminuição muito lenta da alienação e da arrogância das elites. Não são propriamente as regras procedimentais do jogo democrático que explicam a crise (por isso não temos uma “crise institucional”), mas as relações entre Estado e sociedade, que se modificam muito com a radicalização da modernidade. O modelo atual falha porque não consegue mais refletir a sociedade que está se projetando e também porque paga um tributo alto demais às más tradições nacionais. A crise é ampla, de vastas proporções. Não é exclusivamente brasileira. Tem a ver com o quadro mais geral de transição para uma nova forma de vida, de Estado e de organização social. No Brasil, ela é agravada pela reprodução da pobreza, pelos buracos negros que se espalham pelo País, pela dificuldade que temos tido, historicamente, de integrar a população aos benefícios do progresso e de domesticar os setores sociais mais retrógrados. É uma crise grave, mas não me parece que seja invencível, definitiva ou catastrófica. Nela tanto há elementos deletérios e ameaçadores quanto elementos que se abrem para uma reconstrução positiva da humanidade (uma unificação dela em níveis superiores). Uma nova democracia só poderá nascer de uma adequada tradução política dos novos termos da modernidade. Teremos de “inventá-la”. De certa maneira, ela terá de ser

participativa e representativa, deliberativa e institucionalizada, e em seu peito deverá pulsar um coração mais “ético-político” que friamente racional.

***IHU On-Line* – Que tipo de reforma política poderia ser feita para que não ocorresse mais o tipo de escândalo político que temos hoje no Brasil?**

Marco Aurélio Nogueira - Uma reforma política que promovesse um mero arranjo nas instituições não teria potência suficiente para coibir a reiteração de escândalos políticos. Tudo bem que o regime é permissivo e facilita a reprodução de práticas pouco democráticas e pouco republicanas. Mas o defeito maior, se é que se pode falar assim, está na cultura política, no modo como nos vemos e agimos no mundo da cidadania. O defeito é sistêmico e geral, tem a ver com a atual fase de reorganização global da vida e com a sua tradução em termos brasileiros. Nenhuma reforma política poderá dar conta disso se não vier acompanhada de uma recuperação abrangente das relações entre Estado e sociedade, na qual também sejam redefinidas as relações entre Estado e mercado. Enquanto o dinheiro e a economia estiverem ditando as regras e prevalecendo sobre a política, as crises serão o cotidiano.

Uma política com muita política. Uma política com pouca política. Uma política sem política

***IHU On-Line* – E como poderia ser feita uma reforma dos políticos? Que características fundamentais um bom político deveria ter? Como se relacionam aí os conceitos de ética e justiça?**

Marco Aurélio Nogueira - Sempre houve e sempre haverá um modo generoso de pensar a política como atividade dedicada a possibilitar a vida

coletiva, como luta para instituir um poder democrático, viabilizar o melhor governo e distribuir justiça. Como escrevi no meu livro *Em defesa da política* (São Paulo: Senac, 2001), essa seria a “política com muita política”, a política dos cidadãos, ou seja, daqueles que prezam seus direitos e defendem os direitos de todos, que têm noção clara das obrigações comuns e se preocupam em participar da construção de uma convivência superior. Trata-se de algo historicamente raro, difícil de prevalecer, ainda que, nos últimos séculos, não tenha nunca deixado de se manifestar. Por ser rara, e por expressar uma construção delicada, esta política tem sido quase sempre deslocada ou pela política que se volta para o poder, a autoridade, a coerção, a conquista de votos e de posições de força, ou pela política que usa e abusa da técnica, dos saberes especializados. Chamo estas outras políticas de “política com pouca política” (a dos políticos profissionais, por exemplo) ou “política sem política” (a dos técnicos). Ambas têm a sua dignidade e são indispensáveis. O ideal seria que estas três formas de política convergissem e se complementassem reciprocamente. Não é, porém, o que ocorre. Elas nem sempre vivem em harmonia ou em equilíbrio perfeito, e em alguns momentos o atrito entre elas chega a ser forte demais. Sem uma integração virtuosa delas, a tendência é que a “política dos cidadãos” não se imponha às outras duas. A “política dos políticos”, e também a dos técnicos, fica então solta e desconectada do núcleo fundamental da vida coletiva, acabando por se voltar contra os cidadãos. Os políticos existem para ser fiscalizados e criticados radicalmente. Afinal, eles são peças-chave da vida social, e seus erros não podem passar despercebidos, nem devem ser tolerados, pois repercutem e interferem demais na vida de todos. Hoje, no Brasil, precisamos ser implacáveis com os políticos, até mesmo para encorajá-los a que se auto-reformem. Mas me parece um equívoco

agir como se os políticos concentrassem toda a maldade, e a sociedade fosse o depósito imaculado da bondade. Precisamos tentar sempre vincular uma coisa à outra, sob pena de não vermos a essência das coisas. Se pensarmos em termos maniqueístas, não teremos sequer a chance de impor outra qualidade à política. Ficaremos sem política alguma, sem diálogo ou mediação alguma, entregues, portanto, à tirania dos grupos mais fortes, do mercado, dos argumentos de autoridade, e assim por diante.

O risco é que a sociedade civil fragmentada "fuja" do País

***IHU On-Line* – E como a sociedade civil pode contribuir para que tenha uma reforma política mais democrática?**

Marco Aurélio Nogueira - A sociedade civil deveria estar o tempo todo em busca de formas sempre mais avançadas de unificação e politização. Ela é "organizada" apenas em termos: o que existe de fato é uma miríade de movimentos e associações lutando por seus interesses e por suas convicções. A sociedade civil é sempre um espaço de explicitação da diversidade social. Mas é razoável esperar que os diferentes movimentos possam evoluir em direção a uma "zona de consenso", da qual possam partir parâmetros para a organização de uma vida coletiva melhor, mais interessante e mais digna. Sem esforços de unificação e politização, não há como caminhar nesta direção. Temos hoje, no Brasil, uma relação imperfeita entre Estado e sociedade civil. O Estado está afastado de uma interação forte com a sociedade civil. A sociedade civil, por sua vez, está cortada por interesses e iniciativas que não conseguem se compor de modo minimamente unificado. No contexto atual, o risco maior é que esta sociedade civil fragmentada e despolitizada "fuja" do País, de seus problemas reais, e passe a funcionar de modo auto-

referido. É por isso que falo em lutar por *Um Estado para a sociedade civil*, expressão que dá título ao meu livro mais recente (São Paulo: Cortez, 2004). Não se trata de ter mais "Poder Executivo", que é uma das faces do Estado, mas de se ter mais "comunidade política", que é o coração do fenômeno estatal. Sem este Estado-comunidade política, nenhuma sociedade civil pode cumprir função positiva. A sociedade civil é, aliás, parte central da face ético-política do Estado.

***IHU On-Line* – Como vencer o descrédito do povo na política? Como superar a idéia de que todos os escândalos sempre terminarão "em pizza"?**

Marco Aurélio Nogueira - Os políticos não operam fora de um contexto sociocultural e institucional, e não podemos avaliar a atividade deles sem analisar esse contexto. Hoje, o campo da política está complicado por dois blocos de problemas: por um lado, a globalização da comunicação, a velocidade, a quantidade e a variedade das informações, as alterações estruturais na organização social, o surgimento de uma nova cultura (mais individualista, mais voluntarista) desgastam a democracia representativa e tendem a problematizar a relação das pessoas com a política. Por outro lado, particularmente no Brasil, temos evoluído, nos últimos tempos, sem um correspondente esforço coletivo para valorizar a política e dignificar a atividade política. Há governantes que se dedicam a diminuir ou menosprezar a importância dos políticos e da luta política, e são muitos os que pensam, arrogantemente, que a oposição e a crítica são armas destrutivas, que atrapalham.

O estado de espírito geral é moralista e meio nihilista

Parte da sociedade se entrega à apatia e à indiferença, ao mesmo tempo que

outra parte se mexe freneticamente e critica sem parar. O estado de espírito geral é moralista e meio niilista. Há pouco debate consistente, pouco envolvimento com os assuntos que dizem respeito à vida coletiva. As pessoas, e mesmo a maioria das associações, movimentam-se basicamente para defender os próprios interesses. Tudo parece sancionar um distanciamento entre a sociedade e o Estado. Com isso, os políticos tendem a reforçar seu isolamento e são capturados pelo lado mais perverso da política (o da força, da fraude, da dissimulação, da corrupção). Em suma, não conseguem se atualizar nem se reformar como representantes ou como “classe política”. Perdem crédito com a população e ficam sem incentivos para melhorar. No fundo, os políticos precisam de um “choque” de política: precisam de mais política, não de menos. Sem isso, o risco de “tudo terminar em pizza” existirá sempre.

IHU On-Line - O senhor afirma que não pode haver Estado democrático sem cidadania ativa e sem participação. Como chegar a isso? Como estimular e dar abertura real para a sociedade civil na política?

Marco Aurélio Nogueira - Se os governos não interagem bem com a sociedade civil, e se a sociedade civil está muito fragmentada e não consegue politizar sua diversidade (isto é, unificá-la em nível superior), por que deveria haver estabilidade no relacionamento entre estes dois planos? O posicionamento oscilante da sociedade civil diante do governo é um reflexo do caráter errático e imperfeito da relação entre Estado e sociedade civil. A presença da sociedade civil nos processos políticos e na gestão pública do País tem aumentado e se democratizado nos últimos anos, sobretudo se entendermos democratização no sentido de avanço da ocupação de espaços e de participação. Há muita participação de

fato no Brasil. E muitas das opções de gestão que foram sendo tomadas na última década e meia (por exemplo, a descentralização, o orçamento participativo etc.) ajudaram a que isso se consolidasse. Mas falta uma “amarração” final neste processo, que é justamente a politização. Há democratização, mas ela ainda não se completou nem explicitou toda sua potência emancipadora.

Holloway e Negri

IHU On-Line - Como o senhor vê as idéias de uma democracia direta, com base no pensamento de John Holloway, no livro *Mudar o mundo sem tomar o poder*, e de Hardt e Negri com o conceito de *multidão*?

Marco Aurélio Nogueira - As idéias de Holloway são uma interessante provocação, mas não oferecem qualquer plataforma consistente de ação. Permanecem num terreno voluntarista, de ação emancipadora genérica, sem pensar a questão do Estado e do governo. No que têm de melhor, dizem-nos que não basta conquistar o poder de Estado (o governo) para que as transformações ocorram, que o mais importante é organizar as bases da sociedade. Traduzindo assim suas idéias, temos uma proposição razoável, que integra as melhores tradições do pensamento crítico de esquerda. Antonio Gramsci⁵ falou isso antes e de modo muito melhor do que Holloway. Deveríamos ler com maior interesse as brilhantes considerações que Gramsci fez nos

⁵ **Antonio Gramsci** (1891-1937): escritor e político italiano. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. (Nota da *IHU On-Line*)

*Cadernos do Cárcere*⁶ a respeito da questão da hegemonia: não basta ter força de coerção, o mais importante é dirigir intelectual e moralmente a sociedade, e o ator que chega ao poder sem ter pavimentado o caminho da hegemonia (da direção cultural) não tem como agir de forma reformadora. Creio que estamos assistindo a uma falha desse tipo na atual conjuntura de crise nacional. Quanto a Hardt e Negri, há neles um empenho dedicado para explicar o mundo que está nascendo da modernidade que se radicaliza. A fragmentação, a individualização e a desterritorialização estão de fato problematizando os sujeitos, os atores políticos e as classes sociais. A idéia de *multidão* tem alta força descritiva. Mas não traz consigo um “programa político” plausível, sequer em relação à proposição de uma forma confiável de “democracia direta”.

***IHU On-Line* – Qual sua postura sobre o tema do desarmamento, da violência e da construção de uma cultura de paz?**

Marco Aurélio Nogueira – Violência e insegurança são situações inerentes ao atual modo de vida, sobretudo em condições de modernidade radicalizada que se combina com reprodução da pobreza e da miséria social. O desarmamento é um recurso fundamental para desmontar o arranjo perverso que fomenta a violência. Nada há o que justifique a posse de uma arma para se preservar o direito à autodefesa. A grande “arma” do cidadão democrático é a política, a organização e a capacidade discursiva. É com isso que ele garante o direito de se defender. Uma cultura da paz não pode nascer numa sociedade que banaliza a autodefesa e que facilita o acesso às armas. Mas ela também não se afirmará, como cultura, com base em disposições legais. Precisa estar sustentada por um

amplo processo de recuperação das condições de vida e de educação política.

***IHU On-Line* – O referendo pode ser uma forma de estimular a cultura da democracia participativa?**

Marco Aurélio Nogueira – O referendo é um dispositivo de consulta, dedicado a incorporar a vontade do cidadão ao processo de tomada de decisões públicas e de elaboração das leis. Foi concebido para melhorar as leis e para dar maior legitimidade a elas. Não está direcionado para estimular uma cultura participativa. Essa virá muito mais de outras fontes: bons governos, bons partidos, cidadãos bem educados politicamente, interesses sociais capazes de se medir uns pelos outros, vida republicana ativa.

⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999; 2002. (Nota da *IHU On-Line*)